

Austrália

**Convenção sobre
os direitos da Criança
Artigo 30
Crianças de minorias ou de
populações indígenas**

Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas ou pessoas de origem indígena, nenhuma criança indígena ou que pertença a uma dessas minorias poderá ser privada do direito de, conjuntamente com membros do seu grupo, ter a sua própria vida cultural, professar e praticar a sua própria religião ou utilizar a sua própria língua.

“A qualidade de vida de crianças na Austrália varia drasticamente da região específica e, como tal, a abrangência das políticas e recomendações são muitas vezes difíceis de implementar efetivamente. Por exemplo, a recomendação publicada na ONU pela Eslovénia, indicando o desejo de estabelecer um Tribunal de Compensação para aborígenes, da população de Torres Strait Islands, que foi negativamente afetada pela política de assimilação dos anos cinquenta, pode ser benéfica em alguns casos, mas não leva em consideração a questões pertinentes dentro das comunidades aborígenes em relação ao uso indevido de pagamentos da previdência social do governo. Como tal, é minha convicção de que qualquer tipo de mudança de atitude ou postura relacionada com os direitos das crianças irá refletir tanto local, como individual em circunstância do caso em questão.

Por outro lado, as recomendações feitas por Marrocos e Suíça, que implicam adaptar e fortalecer a legislação federal, a fim de combater a discriminação e garantir maior segurança para mulheres e crianças, deveriam ser implementadas pelos órgãos públicos.

Independente de todas as recomendações apresentadas pela ONU, talvez a mais relevante é a contemporaneidade brasileira; ‘Certifique-se de que as crianças são mantidas em detenção com base em seu status migratório e que a proteção e assistência especiais devem ser fornecidas para as crianças não acompanhadas.’ Com as recentes revelações e denúncias sobre tratamento de crianças pobres em centros de detenção, especificamente tratando-se de um centro para pessoas em migração, segundo a política de imigração do governo, esta recomendação deve ser levada em conta, devido a sua gravidade e de como o país atua sobre essa questão.

Em resumo, na minha opinião, as melhores recomendações apresentadas pelas Nações Unidas, são aquelas que estão focadas e permitem uma análise caso a caso para as crianças que estão sendo afetadas pela falta de oportunidades e pela pobreza em nossa moderna sociedade australiana”.

Darcy Bowers, aluno marista.